

Aspectos éticos do projeto econômico

Antonio Dias Leite

A FINAL, os responsáveis pela área econômica do Governo do Presidente José Sarney trouxeram a público o resultado dos seus demorados estudos. Não se entende bem por que foi necessário tanto tempo para a respectiva elaboração, já que o plano é de abrangência limitada e contém poucas medidas inovadoras.

O aspecto surpreendente do evento é a contradição entre o discurso dos economistas do PMDB e a sua atuação no Governo. Antes, eram defensores intransigentes da importância de serem os projetos de governo discutidos no Congresso, enquanto acusavam o governo anterior, e especialmente o Ministro Delfim Neto, de artifícios que deixavam de lado os parlamentares na formulação da política econômica. A falta de controle da opinião pública, através do Congresso, teria, segundo eles, propiciado graves erros do Poder Executivo. Hoje, os mesmos economistas impedem a discussão ao enviarem, em bloco, um conjunto de medidas fiscais e econômicas, às vésperas do encerramento da sessão legislativa. E, mais, o projeto mais importante, relativo ao imposto de renda, segue exatamente o modelo de redação anterior, tradicional e universalmente criticado, no qual os artigos e parágrafos referem-se a outros, de leis anteriores que, por sua vez, já são o resultado de alterações de antigas leis. O leitor, mesmo especializado, necessita de uma coletânea de leis para alcançar o que se pretende com a nova lei.

Mais lamentável, do ponto de vista ético, é a troca abrupta do índice da correção monetária — qualquer que seja o seu mérito técnico — no momento exato em que o índice anteriormente usado atingia o seu valor máximo, de 15%, e o que passou a ser utilizado estava em 11,1%. Desapareceram, num passe de mágica, 3,9% da inflação.

Quanto ao mérito da lei do imposto de renda, os especialistas parecem concordar, depois dos primeiros dias de dúvidas, que, de fato, é feita uma redistribuição de encargos fiscais entre os que têm renda predominantemente de salários. Alcança-se também a desejada transição para o sistema de pagamento do tributo à

medida que a renda vai sendo auferida. É de se notar, todavia, que fica intacto o privilégio dos ricos quanto à tributação dos rendimentos do capital, que continuam imunes à progressividade.

Quanto às demais medidas e explicações do Ministro da Fazenda, limito-me às que se referem a matérias de que me tenho ocupado recentemente.

Primeiro, a questão da privatização. A fórmula preferível, que tenho defendido, consiste na transferência em bloco, para o setor privado, de um conjunto de 50 ou mais empresas, de dimensão compatível com a capacidade do setor privado nacional, compreendendo a totalidade do capital e a respectiva gestão. A venda parcelada é difícil. Por outro lado, a venda das ações da Petrobrás vem reforçar o capital da empresa estatal, que continuará sob a administração estatal, para ela desviando recursos de poupança privada. É o oposto da privatização.

Segundo, não me parece aceitável a preservação do atual nível da dívida interna que, segundo o Ministro da Fazenda, na sua entrevista na TV, é até pequena quando comparada à de outros países que citou. Ora, o que importa para a solução do déficit público é reduzir o excessivo peso da dívida "total", seja ela interna ou externa.

Como não podemos, desde logo, alterar a parte externa, há que promover, de uma só vez, um corte radical na dívida interna, cuja rolagem tem efeitos nefastos, preservando apenas o volume de ORTN que está em constante circulação no mercado. Esta e outras medidas decisivas, inclusive de contribuição dos ricos, que viabilize ética e objetivamente o pacto social, e de reequilíbrio simultâneo dos preços relativos, deverão configurar uma disposição de ataque frontal à inflação. Mas há o pré-requisito de credibilidade. Apesar do sincero e louvável esforço do Presidente Sarney, os episódios relacionados com o projeto econômico não o ajudaram. Além do mais, é duvidosa a própria eficácia do tímido conjunto de medidas adotadas.